

Congresso

# Negociação com deputados e troca do titular nas Minas e Energia devem adiar votação para 2015

# Mineradoras querem rediscutir código

**Raphael Di Cunto**  
De Brasília

Diante da queda do preço internacional dos minérios, em especial do ferro, que despencou de US\$ 134 a tonelada em dezembro de 2013 para US\$ 81 na média de outubro deste ano, as mineradoras querem rediscutir o projeto de lei do novo Código da Mineração na Câmara dos Deputados. A negociação, aliada à provável troca do ministro de Minas e Energia e a impasses no texto atual, deve empurrar a votação da proposta para o próximo ano. Segundo o **Valor** apurou com deputados e empresários, as mineradoras têm demonstrado preocupação com o aumento da alíquota da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (Cfem) para parte dos minérios. No caso do ferro, por exemplo, a taxa, hoje de 2% do faturamento líquido das empresas, seria de 4% do faturamento bruto. A tributação sobre o ouro, que perdeu 32% de seu valor desde agosto de 2012, passaria de 1% da receita líquida com a venda para 2% da bruta.

Por outro lado, o relatório de Quintão prevê redução dos tributos sobre os minerais usados na construção civil, como a areia, e um desconto de 50% na alíquota caso o mineral seja industrializado no país, para estimular a indústria nacional. Prefeito de Mariana e presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig), Celso Cota (PSDB) acusa o “lobby das mineradoras” de segurar o projeto. “Não estamos falando em novos impostos, estamos falando em divisão dos lucros das empresas”, diz. “Os preços deste mercado são muito dinâmicos e depois de um tempo recupera. Só não podemos esperar até isso ocorrer”, afirma. Com a redução do preço dos minérios, a receita acompanhou a queda. A arrecadação da Cfem, que atingiu R\$ 2,3 bilhões em 2013, com média mensal de R\$ 197,9 milhões, caiu a R\$ 145,3 milhões por mês este ano — queda de 26,5%. O valor é dividido entre a União (12%), Estado onde foi extraído o minério (23%) e município produtor (65%). Em Mariana, cidade do

presidente da Amig, a redução foi de R\$2 milhões por mês. O relator do código, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), diz que sua intenção é votar até o fim do ano, mas que o setor teria entrado em contato com integrantes da comissão para pedir mais discussões sobre a proposta. “As empresas querem expor o cenário atual, que é bem preocupante, e discutir como essa nova lei vai impactar em um momento de crise”, afirma. “Amanhã vou colocar para a comissão decidir.” O governo queria estabelecer as alíquotas da Cfem por decreto para poder modificar o percentual dependendo do preço das commodities minerais, que é bem variável. Prefeitos e governadores dependentes dessa compensação, porém, pressionaram para que a lei já contasse com o valor das taxas para terem mais previsibilidade sobre suas receitas. Parte dos empresas também defende a inclusão na lei, com receio de uma “canetada” do governo para arrecadar mais, mas não há consenso nesse tema. Com esse impasse, ganha força a discussão de que a lei estabeleça

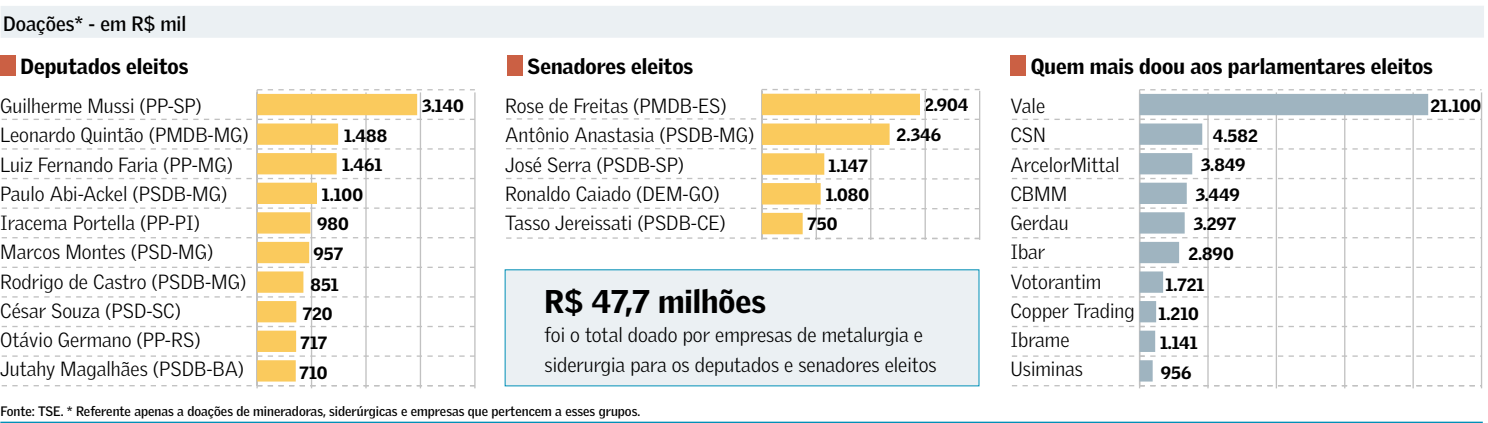
uma margem, dentro da qual o governo poderá modular por decreto as alíquotas. “Não há consenso nem solução pronta, mas essa sugestão da banda eu gostei muito, é mais condizente com o dinamismo dos preços do setor”, afirma o deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), presidente da comissão que discute o código. O grupo que discute o código está parado há sete meses devido ao período eleitoral. Quintão quer aprovar esta semana requerimento para realização de duas audiências públicas para discutir o novo cenário e ouvir o posicionamento de prefeitos e empresários. Os governadores eleitos, como Fernando Pimentel (PT), em Minas Gerais, teriam demonstrado interesse em opinar. Um empresário ouvido pelo **Valor**, contudo, diz que não há interesse das empresas em aprovar o texto agora, que causaria aumento na carga tributária em um momento de queda de receita, e que o projeto também não é mais prioridade para o governo até o fim do ano — o Executivo está mais preocupado em alterar a

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para fechar as contas. Sete integrantes da comissão ouvidos pelo **Valor** também confirmaram a dificuldade de votar o texto no colegiado nesta legislatura. Restam menos de quatro semanas até o recesso e não há acordo sobre pontos centrais — além da alíquota, de quem é o direito de exploração das jazidas descobertas e o montante de recursos da futura Agência Nacional de Mineração, que substituiria o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). “As posições ficaram um pouco radicais e não estamos nem próximos de um consenso que permita votar”, diz o deputado Beto Faro (PT-PA). “Teremos que discutir de novo. O cenário brasileiro é muito diferente do de quatro ou cinco meses atrás, quando o relatório foi apresentado, e vários fatores se alteraram. Não podemos aprovar um projeto que quebre as mineradoras ou perdemos empregos e receita”, defende o deputado Marcos Montes (PSD-MG). “Sobre a questão da taxação, estamos noutro momento. Eu acho que temos que repensar os

percentuais”, disse ele, que elogiou o trabalho do deputado Quintão ao ouvir diversas opiniões, segundo o executivo, para elaborar o texto do projeto. Mas com os preços achatados, o que foi discutido não cabe mais. “Na minha opinião, os percentuais têm de ser revistos. O que se discutiu era uma taxação entre 2% e 4% da base bruta de vendas. Era num ambiente tal e agora estamos em outro ambiente.” A Anglo American fez em outubro seu primeiro embarque de minério de ferro do sistema Minas-Rio, um projeto de US\$ 8,8 bilhões que passou por várias dificuldades, atrasos nas obras e aumento de custos. O minério sai da região de Conceição do Mato Dentro (MG) e é levado por um extenso mineroduto até o Porto do Açu, em São João da Barra (RJ). Para o executivo, outra discussão necessária, porém, admite ele, mais difícil, é a redução da carga tributária em geral. Mas o projeto do código mineral já produziria, na sua opinião, muitos avanços. *(Colaborou Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)*

## Uma montanha de dinheiro

Empresas do setor contribuíram para a campanha de 180 dos 540 parlamentares eleitos em outubro



ANTENA 1  
PRIMEIRO  
LUGAR NA  
CLASSE “A”

FONTE: IBOPE  
SÃO PAULO | SEGUNDA À SEXTA - A 25+

- Cobertura Nacional;
- Líder no Online;
- Líder em afinidade;
- 56 minutos de música por hora.

ANTENA 1  
www.antena1.com.br

WWW.ANTENA1.COM.BR

Valor Setorial

Análises precisas dos diferentes setores da economia.

Anuncie, ligue:  
11 3767-1073  
valor.com.br

**Banco do Nordeste**

Ministério da Fazenda

**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 2014/197 – Objeto: Contratação de serviços de processamento e impressão digital de dados, incluindo migração, criação e implantação de novos formulários e alteração de formulários existentes, inclusão de textos e gráficos nos leiautes, impressão de extratos bancários, boletos, relatórios, cartas e demais comunicações aos clientes, fornecimento de pré-impressos e encartes, acabamento (dobra, autoenvolvimento e envelopamento por insersora), inserção de encartes e envio dos documentos à Empresa de Correios e Telégrafos por contrato de Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC) do CONTRATANTE. Abertura dia 04/12/2014, às 10h. Edital disponível nos sítios: <http://www.comprasnet.gov.br> e <http://www.bnb.gov.br>. Informações: e-mail: [comissoaespecialdelicitacao@bnb.gov.br](mailto:comissoaespecialdelicitacao@bnb.gov.br).

ANGELA Maria Oliveira Soares  
Pregoeira

doação de R\$ 250 mil da Vale. Em seguida estão o relator do código de mineração, Leonardo Quintão (PMDB-MG), que contabilizou R\$ 1,48 milhão em doações de nove empresas — a principal delas, da Vale, de R\$ 700 mil — e o deputados Luiz Fernando Faria (PP-MG), que registrou R\$ 1,4 milhão em contribuições de oito empresas — de novo, a maior é da Vale, de R\$ 800 mil. Na eleição para o Senado Federal, em que estavam em disputa 27 das 81 vagas — as outras só serão renovadas em 2018—, as empresas do setor doaram R\$ 9,8 milhões para as campanhas de 14 eleitos. Assim que o texto do código for aprovado na Câmara dos Deputados será a vez dos senadores analisarem a matéria. Quem mais recebeu foi a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que participa da comissão do novo Código de Mineração na Câmara. Eleita senadora, ela tem como primeiro suplente um empresário do ramo: Luiz Pastore (PMDB), dono da Copper Trading, que deu R\$ 1,2 milhão para a pemedebista. Rose, que arrecadou R\$ 2,9 milhões do setor, recebeu ainda da Indústria Brasileira de Metais (Ibrame), Bramagran Mármore e Granitos e Vale. Rose foi seguida por dois tucanos no ranking de arrecadação: os ex-governadores de Minas Gerais Antônio Anastasia e de São Paulo José Serra. Em ambos os casos, a Vale, que distribuiu dinheiro por meio de seis empresas do grupo, foi a maior doadora entre as empresas do setor. A Vale, maior companhia de mineração do país, é também a que mais contribui com campanhas eleitorais este ano. Distribuiu R\$ 21,1 milhões para 109 deputados e senadores eleitos, mais do que as grandes empreiteiras, empresas de bebidas e bancos brasileiros, outros setores bastante procurados pelos parlamentares na época da eleição. Também se destacaram nas doações a ArcelorMittal, que contribuiu com a eleição de 32 congressistas, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), que repassou dinheiro para 28 parlamentares, e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que doou para 26 deputados e senadores eleitos. São bancadas maiores, por exemplo, que as de partidos tradicionais como DEM, PDT e PCdoB.

Valor Financeiro

Anuncie: 11 3767-1073 valor.com.br